

ACTA N.º 39/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.12.10

1 -----Aos dez dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, nesta vila
2 de Bombarral e sala de reuniões do edifício dos Paços do Município, realizou-
3 se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença
4 do senhor Presidente da Câmara José Manuel Gonçalves Vieira, da senhora
5 vice-presidente da Câmara Joana Isabel Pina Patuleia Figueiras e dos senho-
6 res vereadores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins, Nuno Manuel
7 Mota Silva, Lúcia Maria Silva Poseiro, Maria Arminda Oliveira Sousa e José
8 Victor Ribeiro da Silva.-----

9 -----Secretariou a reunião o assistente técnico Nuno Fernando Carreira
10 Taborda Ferreira.-----

11 -----Pelas 20:30 horas foi a reunião declarada aberta pelo senhor Presiden-
12 te da Câmara. -----

13 -----Estiveram igualmente presentes a senhora Chefe da Divisão Adminis-
14 trativa e Recursos Humanos Cidália Maria Pancrácio Santos e a senhora Chefe
15 da Divisão Financeira Regina Paula Aires.-----

ORDEM DO DIA

1607 APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PPI DE 2010:-----

19 -----O senhor vereador Gabriel Martins disse perceber perfeitamente a
20 razão de ser desta revisão relacionada com o centro Educativo do Bombarral e
21 que vai ter consequências em termos de execução orçamental. Relativamente
22 à Assembleia Municipal esta já é a 3.ª alteração que se faz de reforço de rubri-
23 cas. Já várias vezes falaram a respeito do funcionamento da Assembleia Muni-
24 cipal que tem autonomia e legitimidade próprias, mas não deixa de se estra-
25 nhar esta situação sobretudo sabendo que no seio da Assembleia Municipal foi
26 criada uma Comissão Permanente que reúne por vezes sem se perceber qual
27 o motivo ou fundamento, como foi o caso da última reunião que foi para discutir
28 os assuntos da ordem do dia da sessão seguinte. Respeitam o órgão e os seus
29 membros mas não deixam de achar estranho e mais estranham quando estas
30 situações de maior ocorrência de sessões da Assembleia Municipal se justifi-
31 cam quando os partidos que governam não têm maioria, altura em que se justi-
32 fica uma maior efervescência e um número maior de sessões. Agora num con-
33 texto em que o PSD tem maioria absoluta na Câmara e Assembleia Municipal,
34 ocorrerem reuniões com esta frequência não se percebe. Ainda vai haver mais
35 uma sessão da Assembleia Municipal até final do ano, esperando que o dinhei-
36 ro seja para isso, porque se houver mais alguma reunião da Comissão Perma-
37 nente talvez o dinheiro não chegue. -----

38 -----Foi deliberado por unanimidade aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e
39 PPI de 2010 e remetê-la à Assembleia Municipal. -----

40 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imedia-
41 tos. -----

ACTA N.º 39/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.12.10

42 **1608** **APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO,**
43 **G.O.P. E MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE BOMBARRAL PARA O**
44 **ANO DE 2011:-----**
45 -----O senhor Presidente da Câmara disse estar a prever para 2011 a que
46 a contenção vai ser de tal ordem que o que se prevê para esse ano em aquisição
47 de bens e serviços correntes, salvaguardados os compromissos e a conti-
48 nuidade dos contratos, será somente o que se gastou em 9 meses de 2010 e
49 que terão de ser naturalmente executados durante 12 meses de 2011. A dívida
50 herdada é galopante, de tal ordem que não nos dá outra margem de manobra.
51 E apresentou o Orçamento: “As Grandes Opções do Plano e o Orçamento
52 Municipal prevêem os recursos a arrecadar em equilíbrio com as despesas a
53 realizar pelo Município. Este exercício assenta no princípio da autonomia admi-
54 nistrativa e financeira dos Municípios, através do qual estes têm poder para
55 elaborar, aprovar e modificar as opções do Plano, Orçamento e Outros docu-
56 mentos previsionais, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 3.º da
57 Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais. Estes são instru-
58 mentos de uma primordial importância para a gestão da “coisa pública”, pois
59 neles estão definidas as linhas de desenvolvimento estratégico a médio e longo
60 prazo e a política financeira de curto prazo. A proposta de orçamento que apre-
61 sentamos para 2011, enquadra-se num momento de extrema dificuldade pelo
62 qual passa a actual conjuntura económica nacional, com implicações sérias na
63 vida sócio económica do nosso concelho. De facto, profundamente afectados
64 por uma crise internacional que parece ter atingido o seu auge, encontramos
65 a viver um enorme abalo social, com as suas implicações em sectores tão
66 sensíveis como a segurança social, o emprego, o desenvolvimento da econo-
67 mia, a sustentabilidade dos mercados financeiros e das instituições. Inevita-
68 velmente, esta crise tem vindo a condicionar de forma gradual o exercício do
69 mandato que nos foi conferido pelo último sufrágio autárquico, o qual nos pro-
70 pusemos cumprir focados no progresso e bem-estar que defendemos para a
71 nossa população. Todavia, o cenário tem-nos sido completamente adverso e,
72 perante este contexto, antevemos que o ano de 2011 representará o culminar
73 das dificuldades que o Município tem vindo a sentir há alguns anos atrás e que
74 se agravaram no ano que está prestes a terminar. Os tempos que aí vêm,
75 constituirão para todos nós, famílias, empresas, associações, autarcas e
76 demais entidades, um gigantesco desafio que só será ultrapassado se encara-
77 do com a máxima determinação. É urgente e necessário que reequilibremos as
78 finanças públicas e privadas e é nessa medida que urge implementar um Plano
79 de Austeridade e Contenção (PAC), com o objectivo de diminuir a despesa cor-
80 rente e salvaguardar a actividade da autarquia no apoio às necessidades dos
81 munícipes, cumprir os acordos, protocolos e contratos financeiros com a banca,
82 entidades gestoras de financiamento comunitário (QREN), fornecedores de

ACTA N.º 39/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.12.10

83 bens e serviços, bem como proteger os interesses futuros dos funcionários do
84 Município. O ano de 2011 será indubitavelmente um ano de forte contenção e
85 de grandes restrições orçamentais, um ano decisivo para o nosso Município em
86 termos de recuperação da sua saúde financeira e da reabilitação da confiança
87 dos nossos fornecedores e outros credores através de medidas que permitam
88 a regularização dos pagamentos a curto prazo. Face ao exposto e não obstante
89 os objectivos específicos e as iniciativas a definir para o ano 2011, no âmbito
90 do SIADAP e com base nos vectores estratégicos definidos em 2010, a dinamização
91 e modernização dos serviços do município, o desenvolvimento de políticas
92 sociais diferenciadas, estimular a qualificação urbana, o ordenamento do
93 território e a valorização ambiental e a promoção da imagem do Concelho, o
94 executivo tem, em suma, como primordial objectivo um austero e rigoroso controlo
95 da execução orçamental e da realização da despesa, de forma a: Conter as
96 despesas de funcionamento; Regularizar os compromissos; Consolidar as
97 finanças municipais; Recuperar a credibilidade do Município. Assim irão ser
98 tomadas as seguintes medidas, no âmbito do PAC: “Duplo cabimento”, modalidade
99 em que os pedidos de bens e serviços serão alvo de triagem prévia, não só a
100 nível de dotação orçamental, como também a nível da disponibilidade da
101 tesouraria, exceptuando-se os sectores básicos da autarquia (abastecimento
102 de água, saneamento e resíduos sólidos), sectores objecto de receita consignada
103 (educação) e sectores que gozam de receitas próprias (piscina municipal).
104 Suspensão da atribuição de subsídios efectivos, sem prejuízo de eventuais apoios
105 pontuais; Redução de 7,7% nas verbas a transferir para as Juntas de Freguesia;
106 Diminuição das actividades culturais e desportivas da responsabilidade municipal;
107 Redução de horas extraordinárias em 50%, face ao ano transacto; Redução da
108 cedência de transporte em 70%, face ao ano transacto; Redução das despesas
109 de comunicações, em 30%, face ao ano transacto; Compatibilização com a EDP
110 dos horários e intensidade da iluminação pública; Reavaliação dos protocolos
111 celebrados; Monitorização bimestral do cumprimento e do impacto das medidas
112 tomadas; Acresce ainda demonstrar como medida efectiva para a inversão do
113 sentido da despesa, a dotação disponível prevista no orçamento da despesa
114 corrente para 2011, deduzidos que são os compromissos e dívidas transactas.
115 A par da medida acima preconizada, será levado a cabo um esforço acrescido na
116 arrecadação de receita sendo, para tal, criadas condições funcionais e operativas
117 para o efeito. O impacto destas medidas vai resultar de um esforço conjunto de
118 uma vasta equipa, de autarcas e funcionários e, conforme já referido, de um enorme
119 empenho de contenção ao nível da despesa, postura já assumida este ano, embora
120 com resultados ainda pouco satisfatórios. Não obstante o presente documento ser
121 um instrumento de gestão para 2011, consideramos importante nele realçar algumas
122 das medidas, mais relevantes, tomadas durante o ano de 2010, com base nos
123

ACTA N.º 39/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.12.10

124 vectores estratégicos acima mencionados e que nos catapultam para as metas
125 que nos propomos atingir em 2011: Dinamização e modernização dos serviços
126 do município: Implementação do SIADAP; Criação e disponibilização do Balcão
127 do Município Virtual no portal da Autarquia; Adesão e incorporação no portal da
128 Autarquia do serviço "A Minha Rua" para reporte de ocorrências e aceitação
129 de reclamações dos munícipes; Revalidação e consolidação da certificação
130 dos serviços municipais, cumprindo os requisitos de transição para a Norma de
131 referência ISO 9001:2008, com auditoria externa da entidade certificadora
132 (SGS-ICS); Criação do serviço de recepção e triagem, integrado na Secção de
133 Atendimento ao Público, para controlo, apoio e encaminhamento dos munícipes
134 que se dirigem aos Paços do Município; Implementação do Sistema de
135 Gestão e workflow documental; Reestruturação organizacional dos serviços
136 municipais. Desenvolvimento de políticas sociais diferenciadas: Plano de acção
137 dirigido à população estrangeira residente na freguesia do Pó; Apoio à inserção
138 socioprofissional; Criação do núcleo de intervenção local para a área da violên-
139 cia doméstica; Intervenção ao nível do apoio a crianças e jovens em risco;
140 Intervenção dirigida aos munícipes seniores. Estimular a qualificação urbana, o
141 ordenamento do território e a valorização ambiental: Lançamento da 2.ª fase do
142 Estado de Conservação do Edificado da Vila do Bombarral; Desenvolvimento
143 dos projectos de execução das requalificações urbanísticas do Largo Comen-
144 dador Jaime Duarte e Rua da Fonte, no Vale Covo; Largo do Poço do Povo, na
145 Delgada; e Entrada Norte da Vila do Bombarral; Execução das empreitadas de
146 requalificação urbanística Largo do Cintrão e do espaço público da extinta
147 escola pré-primária do Pó; Lançamento da empreitada de requalificação urba-
148 nística da Entrada Sul da Vila do Bombarral; Continuação da execução do Pla-
149 no de Urbanização da Vila do Bombarral; Continuação da execução da revisão
150 do Plano Director Municipal (PDM) do Bombarral; Adjudicação da obra de
151 Construção do Centro Educativo do Bombarral; Continuação da execução do
152 Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Carvalhal; Continuação
153 da execução do Plano de Pormenor da Quinta D. Antónia, da Várzea da Pedra
154 e do Vale do Leito. Conclusão da 3.ª e 5.ª alteração ao PDM do Bombarral;
155 Desencadeamento da 6.ª alteração ao PDM do Bombarral; Desencadeamento
156 da 1.ª suspensão parcial do PDM do Bombarral. Promoção da imagem do
157 Concelho: Visitas institucionais: Visita do Exmo. Sr. Presidente da República e
158 da Exma. Sra. Ministra da Cultura; Visita do Exmo. Sr. Primeiro-Ministro. Even-
159 tos: Festival do Vinho e Feira Nacional da Pêra Rocha; Comemorações do
160 Centenário da República; Eventos desportivos com visibilidade nacional; Mer-
161 cado rural; Exposições permanentes. Divulgação: Divulgação semanal nos
162 órgãos de comunicação social das actividades no concelho; (847 notícias);
163 Actualização diária do site do Município; Adesão ao Facebook, para divulgação
164 das actividades municipais; Promoção de visitas guiadas ao concelho do Bom-

ACTA N.º 39/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.12.10

165 barral; Boletim Municipal. Com esta breve referência, pretendemos dar um sinal
166 evidente de que, apesar de todos os constrangimentos orçamentais e da
167 implementação das medidas enunciadas, PAC, estamos determinados a com-
168 batar as adversidades e a prosseguir a nossa missão, através do alinhamento
169 estratégico de todos os intervenientes, com confiança e esperança no futuro,
170 para alcançar a nossa VISÃO – “Bombarral, um concelho onde dê gosto viver.”
171 -----O senhor vereador Gabriel Martins solicitou esclarecimentos sobre as
172 seguintes questões: equipamento informático para o Centro educativo do Bom-
173 barral; aumento da receita nas rubricas dos parques eólicos, bens inutilizados,
174 outros alugueres, serviços desportivos, outros transportes, cemitério, Centro
175 Coordenador de Transportes e Mercado Municipal; sobre a verba de € 300
176 para comunicações da Assembleia Municipal, considerando que nada justifica
177 que a Assembleia Municipal tenha esta rubrica porque se precisar de efectuar
178 alguns contactos pode fazê-lo através da Câmara Municipal; sobre o aumento
179 da despesa com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e na rubrica
180 pessoal em outras funções; sobre a requalificação urbanística do concelho; e
181 sobre a classificação 08 que aparece pela primeira vez.-----
182 -----O senhor Presidente da Câmara, relativamente à receita dos parques
183 eólicos, disse haver a expectativa de serem instalados anemómetros em zonas
184 indicadas por um grupo de potenciais investidores e têm a expectativa de que
185 alguns moinhos eólicos se possam vir a instalar. Sobre os bens inutilizados
186 disse que a política da Câmara Municipal tem sido de uma total inércia, nesta
187 matéria, pelo que pretende em 2011 alienar os bens inutilizados. Informou que
188 na Convenção Anual do Turismo do Oeste esteve com representantes dos
189 investidores do Parque Temático que vieram reforçar fortemente a ideia de que
190 se mantém a intenção e só com este investimento poderemos arrecadar a qua-
191 se totalidade da receita prevista em outros alugueres. Espelha também a inten-
192 ção de poderem ser cobrados alugueres com alguns imóveis propriedade do
193 Municipio, como no caso da firma Manobras Paralelas que se quer instalar em
194 terrenos municipais. A previsão da receita em serviços desportivos deve-se à
195 forte dinâmica que tem sido implementada na piscina municipal. Quanto aos
196 outros transportes, disse que haverá uma medida drástica nesta área em que
197 os transportes eram disponibilizados indiscriminadamente e passarão a ser
198 cedidos com a respectiva análise e conseqüente cobrança dos custos. Sobre o
199 cemitério disse ter em seu poder uma intenção de doação por parte de uma
200 família em que é transmitido um jazigo ao Municipio, que valerá cerca de €
201 15.000 e que irá ser posto em hasta pública. Disse também que o protocolo do
202 Centro Coordenador de Transportes está em sede de revisão. Informou que se
203 prevê uma candidatura para financiamento da remodelação do Mercado Muni-
204 cipal que vai implicar a instalação de outros serviços ligados ao desenvolvimen-
205 to rural e de algumas lojas. Quanto ao orçamento da Assembleia Municipal dis-

ACTA N.º 39/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.12.10

206 se ser da responsabilidade do respectivo Presidente transmitir à Câmara Muni-
207 cipal os valores para serem incluídos em orçamento, situação que se verificou.
208 O aumento de verba na rubrica de pessoal em outras funções deve-se à trans-
209 ferência para essa rubrica dos vencimentos dos actuais motoristas que deixa-
210 ram de estar afectos à educação e passaram a estar afectos à orgânica Câma-
211 ra Municipal. Na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens o montante da
212 despesa é igual ao da receita. A classificação 08 deve-se à divisão da classifi-
213 cação 07 em duas para se adequar à nova estrutura orgânica.-----
214 -----O senhor vereador José Victor Silva congratulou-se com a apresenta-
215 ção neste relatório, pela primeira vez, de uma Memória Descritiva, que foi sem-
216 pre algo que o PS exigiu porque para se poder compreender qualquer orça-
217 mento são necessários esclarecimentos adicionais que dêem a possibilidade
218 de se compreender como se chegou a alguns valores e hoje têm a possibilida-
219 de de ter uma Memória Descritiva que lhes explica como se chegou a este
220 documento final. Disse que este orçamento é mais uma vez um embuste e uma
221 mentira, com o adiar da resolução das situações para o futuro. Referiu que o
222 senhor Presidente da Câmara tem maioria absoluta na Câmara e Assembleia
223 Municipal, pelo que tem todos os instrumentos para virar a situação. Conside-
224 rou que aquilo a que estão a assistir hoje na apresentação dos documentos
225 que se pretendem que sejam os mais importantes na gestão de uma autarquia,
226 espelha o mais elevado grau de falta de responsabilidade É do conhecimento
227 público a grave situação económico-financeira da autarquia. Não é de hoje,
228 vem-se agravando há longos anos. A falta de visão estratégica dos últimos
229 Presidentes de Câmara que além de não terem modernizado o concelho, pre-
230 parando-o para o futuro, auto-suficiente e sustentável, colocaram o Município
231 nos patamares mais baixos dos índices de qualidade de vida e desenvolvimen-
232 to. E se mais não fosse colocaram o município sem qualquer autonomia finan-
233 ceira, endividada e sem sustentabilidade económica. Ao longo dos últimos
234 anos não se prepararam o concelho como fonte de riqueza com reflexo nas
235 receitas próprias. Ao longo dos últimos anos as receitas provenientes de activi-
236 dades económicas têm vindo a decrescer em termos reais. De 2004 a 2009
237 houve uma quebra na receita fiscal de 11%. Por outro lado as transferências do
238 Governo central aumentaram no mesmo período em 20%. Se atendermos à
239 despesa, houve a continuação de um “monstro”, tendo os custos operacionais
240 da autarquia aumentado nos últimos 5 anos em 40%. A autarquia entrou niti-
241 damente em derrapagem económica e nos últimos três anos (se retirarmos o
242 proveito extraordinário da venda dos terrenos do Modelo) teve um prejuízo total
243 de mais de dois milhões de euros (€ 2.397.000). As consequenciais estão visí-
244 veis: aumento no último ano em cerca de um milhão de euros na dívida, no
245 prazo de pagamentos e na ruptura de tesouraria (mais de um quarto da despe-
246 sa já não tem contrapartida na receita). Apesar do senhor Presidente da Câma-

ACTA N.º 39/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.12.10

247 ra achar que não lhe reconhece competência nesta área, ele tem razão. Há um
248 ano o senhor Presidente da Câmara faltou à verdade dizendo que estavam em
249 prática políticas que iriam reduzir em 25% as despesas. Ofereceu-lhes um
250 embuste orçamental e alegrou-se pela sua aprovação. Os resultados estão à
251 vista: Os senhores além de não debelarem a doença, agravaram-na. Apresentam
252 mais uma vez um orçamento ficcional, meramente para responder às suas
253 angústias do momento: ter um orçamento. O orçamento é um documento onde
254 se prevêem todos os encargos e receitas para cobrir essas despesas (página 1
255 da Memória Descritiva). Se assim é (e é de facto) como é que lhe sé apresentado
256 um orçamento onde são somente previstas as despesas para 9 meses
257 (página 7 da Memória Descritiva) acrescido do facto de não estar prevista a
258 dívida dos últimos três meses deste ano. Prevemos aqui um buraco orçamental
259 de um milhão e meio de euros. No campo das receitas, apesar de utilizar a
260 metodologia legal é notório que os valores previsionais são desajustados da
261 realidade conjuntural do país e estrutural da autarquia, servindo unicamente os
262 pressupostos da receita para cabimentação da despesa. Vejamos: Impostos –
263 quando se tem conhecimento da desaceleração económica em 2011, como se
264 pode prever um aumento de receita de 7%, quando por exemplo a Câmara
265 Municipal de Lisboa prevê uma quebra de receitas de 5% - um buraco de €
266 100.000; Taxas – novamente o despudor já revelado em 2009 em se orçar
267 coimas em € 497.000 e execuções fiscais em € 150.000, quando em 2010 não
268 se chegou aos € 20.000 – um buraco de € 600.000; saneamento – prevê-se
269 uma receita de € 360.000 quando em 2010 se receberam € 160.000 – um
270 buraco de € 200.000; Na água prevê-se um valor de €1.173.000 explicado pela
271 próxima aprovação de novas tarifas para a água. Se assim for os contribuintes
272 irão ter um agravamento de 10% - mais um buraco previsto de € 250.000. Nos
273 serviços desportivos disparam, sem qualquer justificação, de € 160.000 para €
274 460.000 de receita mais um buraco de € 300.000. Assim como na rubrica
275 outros alugueres com um aumento injustificado de € 200.000 acrescido ao virtual
276 de outros transportes de € 100.000 - mais um buraco de € 300.000. Assim
277 o despudor na realização deste orçamento leva-nos a um buraco orçamental
278 de € 1.750.000 na receita, crescemos o milhão e meio na despesa e temos
279 um buraco de mais de três milhões de euros. Pergunta: como se explica?
280 Como irá reduzir-se a dívida ou libertar fundos para novos investimentos? A
281 redução da despesa, se a há, é conseguida por uma anulação de actividades e
282 de subsídios. Esta seria uma das medidas temporárias se fosse acompanhada
283 por uma redução dos custos da estrutura, essa sim de sustentabilidade a
284 médio / longo prazo. Mas tal não acontece. Sacrifica-se os contribuintes (com o
285 aumento da água), as colectividades e a dinâmica do concelho (eventos não
286 realizados), não abdicando dos lugares políticos . Por exemplo, não se percebe
287 a manutenção do chefe de gabinete quando a finalidade dele está esgotada

ACTA N.º 39/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.12.10

288 não havendo eventos. Também não se percebe a existência de dois vereado-
289 res a tempo inteiro, quando está mais do que provado que a sua existência só
290 onera os cofres da autarquia. Para terminar a mostrar a falta de responsabili-
291 dade que existe, referiu que na página 5 da nota introdutória, na promoção do
292 concelho, se fala nas visitas do senhor Primeiro-ministro e do senhor Presiden-
293 te da República. Considerou que o senhor Presidente da Câmara apresenta um
294 documento que vai levar a autarquia à falência.-----
295 -----A senhora Chefe da Divisão Financeira, relativamente ao duplo cabi-
296 mento, disse que vai ser feitas a cabimentação orçamental como habitualmente
297 através de requisição e se houver saldo no orçamento vai à tesouraria para ver
298 se ali existe cabimento, caso contrário não avança. Essa triagem vai ser feita
299 por ela. Considerou ser a única forma de controlar a situação da despesa. O
300 objectivo é não constituir mais dívida. Lembrou que existem serviços básicos
301 que têm receita consignada. -----
302 -----O senhor vereador Gabriel Martins disse que: “Aquando da apresenta-
303 ção do Orçamento para 2010, afirmava o Sr. Presidente da Câmara, que o ano
304 2010 seria o ano de consolidação da trajectória do desenvolvimento do nosso
305 Concelho e ao mesmo tempo de contenção nos gastos e na Despesa Corrente,
306 tendo dito que a mesma reduziria 25%. Ora, mais uma vez o PS teve razão
307 antes do tempo. Houve de facto sim consolidação mas, do desnorte e da falta
308 de rigor na gestão da coisa pública, acentuando sim a trajectória de descalabro
309 económico financeiro que persiste há 17 anos, período correspondente ao
310 tempo em que o PSD tem estado à frente dos destinos deste Concelho. De fac-
311 to, e apesar de não termos ainda os resultados da execução orçamental, con-
312 forme deveríamos aliás para a discussão deste orçamento, tudo aponta para
313 que a despesa corrente aumente mais de 1.000.000 euros, sendo esse aumen-
314 to resultado apenas deste executivo o que faz com que este executivo em ape-
315 nas um ano tenha contribuído com 25% para o aumento desta despesa corren-
316 te, considerados os 17 anos que o PSD tem de gestão autárquica, ou seja, um
317 quarto desse aumento, em 17 anos, foi conseguido pelo actual presidente e o
318 seu executivo e, apenas num ano. É obra. Mas, se a análise das contas de
319 2010, ainda está por fazer, o que importa hoje é analisar o orçamento para
320 2011 e quais as formas que o mesmo PSD nos apresenta para resolver o pro-
321 blema que ele próprio criou. Desde logo, se pela primeira vez nos é apresenta-
322 do, conforme já tínhamos reivindicado anteriormente, uma Memória Descritiva
323 Técnica do Orçamento, o que se louva, não é menos verdade, que a Nota
324 Introdutória quase desaparece por completo o que é sintomático de falta de
325 estratégia e visão política. De facto, das habituais 15 a 20 páginas que este
326 documento costumava conter, surge-nos agora com apenas 6 páginas. Três
327 das quais para enumerar as actividades já desenvolvidas em 2010, uma para
328 descrever a função e o enquadramento legal do Orçamento, ficando portanto

ACTA N.º 39/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.12.10

329 duas simples páginas, onde, do ponto de vista político, se dá conta de vagas e
330 genéricas instruções de contenção de despesas, não se descrevendo em con-
331 creto de que modo tal objectivo se alcança. Sem esquecer o facto, de terem
332 desaparecido por completo os quadros comparativos com o executado em
333 2010, ou mesmo até com o orçamentado para esse ano, apenas aparecendo
334 alguns destes na Memória Descritiva. Mas vamos a factos e a números: Fala
335 esta Nota Introdutória e Proposta de Orçamento de um PAC (Plano de Austeri-
336 dade e Contenção). Contudo, mais uma vez apresenta-nos um aumento da
337 despesa corrente face ao orçamentado em 2010 de 123.000 euros. Fala-se em
338 reduzir custos, mas as despesas com cargos políticos – Assembleia Municipal
339 e Câmara – aumentam cerca de 80.000 euros. Na rubrica de despesas com
340 aquisição de bens e serviços, haverá um acréscimo, face a 2010, de 516.000
341 euros, ou seja 12%. Ora, ocorre perguntar onde é que está o PAC, onde é que
342 está a contenção da Despesa, quando não só se está a prever gastar mais do
343 que se orçamentou em 2010 e muito mais do que efectivamente se gastou no
344 mesmo ano. Voltemo-nos agora para a análise do orçamento do ponto de vista
345 da receita, começando precisamente pela receita proveniente da venda de
346 água em baixa aos munícipes. Se já estamos habituados a receitas virtuais,
347 que aliás continuam, conforme veremos mais à frente, no domínio da receita da
348 água, somos neste orçamento confrontados com um aumento em cerca de
349 40% da mesma, a qual é justificada pelo aumento da tarifa, que irá ainda
350 durante este mesmo ano ser proposta. Ora, temos razões para acreditar que
351 de facto este aumento da receita não pretende ser virtual, já que, certamente
352 não o será o aumento da tarifa da água. Só que, a este respeito adverte-se já
353 como noutros, não contará o PSD com o PS para o aumento da tarifa da água,
354 o que será escandaloso sobretudo, numa altura de tantos problemas para as
355 famílias, sendo as mais carenciadas as que mais sofrerão com este aumento.
356 Conta o PSD sim com o PS, para junto das Águas do Oeste, negociar um novo
357 Acordo para fornecimento de água ao nosso Concelho, assim como, para a
358 efectiva monitorização da rede, para evitar as perdas de água correspondentes
359 a mais de 40% da água que é consumida. Para aumentar o preço da água nos
360 lares dos Bombarralenses não contará certamente. Mas se aqui não haverá
361 empolamento da receita já que é uma pretensão deste orçamento e do PSD
362 aumentar a água aos munícipes, há certamente e mais uma vez, empolamento
363 noutras rubricas das receitas correntes e de capital. Veja-se o aumento em
364 taxas, multas e penalidades para 450.000 euros quando em 2010, ainda não se
365 cobraram 20.000 euros. E veja-se a já habitual receita com a venda de terre-
366 nos, quando aparecem como valor de venda em 2011 o armazém da Fonte
367 Velha por 199.519 euros, quando nele funcionam actualmente uma parte das
368 oficinas das águas e saneamento da Autarquia não havendo possibilidade de
369 transferência, até porque a verba para os Armazéns Municipais pura e sim-

ACTA N.º 39/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.12.10

370 plesmente desapareceu. Pergunta-se: onde é que se instala o pessoal que ali
371 trabalha; se no meio da estrada. O mesmo se diga quanto aos terrenos do Fal-
372 cão, com o valor de 1.511.447 euros. Quando tais terrenos correspondem à
373 localização do tão falado Parque Temático para cuja receita apenas foi até à
374 data proposta uma renda anual de 100.000 euros que aliás foi orçamentada na
375 rubrica de “outros alugueres”. Isto já para não falar dos Terrenos do Pólo II,
376 cuja venda em hasta pública ficou recentemente deserta. Assim, mais uma vez
377 se segue o princípio da criação de receita virtual, mediante a utilização de uma
378 contabilidade criativa que só tem permitido tapar buracos orçamentais, com o
379 pretexto de encobrir uma realidade que o PSD, continua a não querer ver e que
380 alimenta apenas para, entre outras coisas, alimentar a sua clientela política.
381 Aliás, a esse respeito e dando-nos razão está escrito na Nota Introdutória que o
382 impacto destas medidas irá resultar de um esforço conjunto de uma vasta
383 equipa de autarcas e funcionários, sendo que vasta de autarcas não deixa de
384 ser, apesar dos constrangimentos. Mas pergunta-se: afinal há cortes ou não
385 há. Há-os de facto mas não ao nível dos custos de funcionamento ou contexto,
386 mas ao nível das actividades e dos serviços prestados aos munícipes, que são
387 aqueles que justificam a existência de uma Autarquia e sem os quais não faz
388 sentido que esta exista, e muito menos faz sentido que exista um tão grande
389 número de cargos políticos. Nomeadamente, em actividades como o Festival
390 do Vinho, Pêra Rocha, Universidade 50+, Feira do Livro, Feira Rural, activida-
391 des que ainda dão alguma dinâmica ao concelho, reduz-se 115.000 euros; no
392 Mercado Municipal a reabilitação passa de 75.000 euros, para 355 euros; nos
393 raticidas desaparece a rubrica; nos Cemitério os 15.000 euros previstos em
394 2009 desaparecem; no planeamento, essencial para o desenvolvimento no
395 futuro, reduz-se 53.000 euros; na Intervenção sócio-cultural reduz-se 150.000
396 euros; nas obras e infra-estruturas com serviços urbanos e ambiente 100.000
397 euros. Mas o que é verdade é que nos grandes sectores, os que movimentam
398 maior despesa como os que já referi, aí o valor aumenta ou não há contenção.
399 Mas mais grave ainda, é que a pseudo contenção não cortando no que é
400 essencial cortar, se faça à custa dos serviços prestados aos Municípes e à cus-
401 ta das Colectividades do Concelho, na sequência da prevista suspensão da
402 atribuição de subsídios, que irá certamente colocar algumas das principais
403 colectividades do nosso Concelho numa situação preocupante, senão mesmo
404 perante a impossibilidade de continuarem a existir. Refiro só a título de exem-
405 plo uma das colectividades mais antigas do nosso Concelho, que em 2011
406 celebra o seu centenário, que é o SCEB. Esta colectividade recebe com o
407 prenda da autarquia em 2011, a não atribuição de subsídios, que atirá para o
408 encerramento algumas secções, bem como, a continuação nos Campeonatos
409 Oficiais que se encontram a decorrer, como é caso da equipa sénior da III Divi-
410 são e a equipa de Futsal, que ficam em risco de permanecer nos campeonatos

ACTA N.º 39/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.12.10

411 que actualmente disputam. Tais situações a que se junta a redução na cedên-
412 cia de transportes, são o mais rude golpe que esta Câmara poderá dar às
413 colectividades do Concelho. Paradoxal é o facto de se verificar um aumento na
414 receita de serviços prestados com transportes. Provavelmente estará o PSD à
415 espera não só de não apoiar as colectividades, como ainda de receber das
416 colectividades pelos transportes que efectue. São portanto cortes cegos e que
417 ainda por cima deixam a possibilidade discricionária e também sempre mais
418 gastadora, porque relacionada com a oportunidade política, de eventuais
419 apoios pontuais com os quais não concordamos. As regras de atribuição de
420 subsídios devem ser claras e transparentes. Perante isto e logo que foi recebi-
421 da a proposta de Orçamento o PS teve oportunidade de propor uma série de
422 medidas destinadas à verdadeira contenção de despesas. Assim, propusemos
423 a elaboração de um orçamento com base na despesa efectivamente realizada
424 em 2010, à qual em todas as rubricas seria feito um corte de 10%, com excep-
425 ção dos sectores da Educação e Acção Social e sem prejuízo desse cortes
426 podem ser superiores nalguns casos. Tal proposta foi recusada. Propusemos a
427 redução de cargos políticos, nomeadamente, a redução para apenas um
428 vereador a tempo inteiro e a abolição do cargo de chefe de gabinete, mantendo
429 um secretário. Tal proposta foi recusada. Propusemos a suspensão da Obra de
430 Requalificação da Entrada Sul da Vila, tal proposta foi recusada. Propusemos
431 terminar com as avenças e reduzir o pessoal em qualquer outra situação. Esta
432 proposta também foi recusada. A não recepção destas propostas por parte do
433 PSD, revela que tal como nos anos transactos, pretendem continuar a utilizar o
434 orçamento como um documento do faz de conta. Com a agravante que este
435 orçamento é um instrumento completamente simulado e falacioso, pois apenas
436 faz uma estimativa para nove meses e não inclui a dívida prevista dos últimos
437 três meses de 2010. Ou seja: para cúmulo dos cúmulos e pela primeira vez na
438 História desta Autarquia, temos um orçamento que apenas faz uma previsão
439 para seis meses do ano de 2011. Significa isto e dizemo-lo para que fique
440 registado para memória futura que iremos chegar a meio do ano de 2011 e
441 esta Câmara estará na bancarrota sem qualquer possibilidade de solver os
442 seus compromissos. Este PSD que governa a câmara revela-se impotente e
443 incapaz para controlar o monstro do aumento da receita corrente, sendo, face à
444 situação em que se encontra a Autarquia, escandalosa a manutenção de car-
445 gos políticos. Pelo exposto, consideramos não ter condições para aprovar este
446 orçamento até porque o mesmo padece de erros técnicos e legais que deviam
447 inviabilizar a sua votação. Confiamos que, demonstrada que está a falta de dis-
448 cernimento do actual executivo do PSD, para perceber a gravidade da situação
449 para a qual está a atirar a Autarquia e a incapacidade para tomar medidas que
450 evitem tal situação, haja pessoas dentro desse Partido para imponem uma
451 situação alternativa à actual, sob pena de, todos se tornarem cúmplices dos

ACTA N.º 39/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.12.10

452 problemas que surgirem daqui para a frente, já que o PS, por não dispor da
453 maioria que lhe permita influenciar qualquer decisão, está impossibilitado de
454 alterar o rumo dos acontecimentos.”-----
455 -----O senhor Presidente da Câmara disse que será impensável que a
456 actual situação financeira derive da sua gestão de uma ano, em que se limitou
457 a tomar medidas de contenção como se verifica pelo modelo de gestão adop-
458 tado e pela moderação daquilo que são as principais actividades e responsabi-
459 lidades do município, porque nas circunstâncias vividas não se pode aspirar a
460 mais. Irá ser implementado um programa de contenção que visa travar o efeito
461 bola de neve provocado pelas despesas que parecem incontornáveis para o
462 funcionamento da pesada máquina que é a Câmara Municipal e atingir a esta-
463 bilidade que não temos há vários anos. A exemplo do que faz o governo, a
464 diminuição da despesa é inevitável, mas não pode a Câmara dar-se ao luxo de
465 ignorar toda a possibilidade de receita que tem ao seu alcance, com permissão
466 da legislação vigente sob pena de incorrer no papel de rica que sempre
467 desempenhou, sem o ser. E concluiu: “O Município do Bombarral tem-se depa-
468 rado com enormes dificuldades financeiras que derivam de um peso de dívida
469 transferido pelas gestões anteriores, acrescido dos efeitos da profunda crise
470 que assola o nosso país. Nesse sentido, vê-se na obrigação de tomar sérias
471 medidas previsionais e proceder a uma forte contenção, sobretudo ao nível da
472 despesa corrente, custos de funcionamento, tais como combustíveis, teleco-
473 municações, horas extraordinárias e gastos com material de expediente.
474 Durante o ano de 2011 não realizaremos grande parte dos eventos habituais e
475 utilizaremos uma estratégia de maximização de recursos virados para os nos-
476 sos eventos com mais interesse estratégico para o concelho e de maior cravei-
477 ra nacional. As reduções de custos começarão já a ser evidentes nesta quadra
478 natalícia que estamos a viver com maior rigor nos gastos com eventos e ilumi-
479 nação que é praticamente nula. O nosso sistema de custos controlados será
480 abrangente a todas as áreas de intervenção visando sempre uma maior rentabi-
481 lidade dos nossos serviços direccionados para o munícipe. Em suma sere-
482 mos obrigados a uma política de cortes orçamentais no sentido de controlar a
483 dívida e recuperar a capacidade de realização da nossa autarquia. Conter as
484 despesas de funcionamento; Regularizar os compromissos; Consolidar as
485 finanças municipais; Recuperar a credibilidade do Município. Optamos por um
486 orçamento de rigor - “Duplo cabimento”, modalidade em que os pedidos de
487 bens e serviços serão alvo de triagem prévia, não só a nível de dotação orça-
488 mental, como também a nível da disponibilidade da tesouraria, exceptuando-se
489 os sectores básicos da autarquia (abastecimento de água, saneamento e resí-
490 duos sólidos), sectores objecto de receita consignada (educação) e sectores
491 que gozam de receitas próprias (piscina municipal). +As nossas medidas não
492 são tomadas de ânimo leve e resultam, acima de tudo das sucessivas e drásti-

ACTA N.º 39/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.12.10

493 cas reduções das transferências do Estado para as autarquias. Só na área da
494 educação, por exemplo foram atribuídas múltiplas competências que obrigaram
495 à admissão de cerca de cinco dezenas de colaboradores, sem o devido acom-
496 panhamento financeiro, obrigando a que, mensalmente essas dívidas aumen-
497 tem imparavelmente. Esta e outras responsabilidades directas do Governo que
498 este tem vindo a impor às Câmaras Municipais, nas áreas sociais, culturais,
499 desportivas e educativas têm provocado um forte acréscimo da dívida desta e
500 das demais autarquias. É por isso que, com profunda amargura, somos força-
501 dos a optar pelas seguintes medidas de contenção: suspensão da atribuição de
502 subsídios efectivos, sem prejuízo de eventuais apoios pontuais, às colectivida-
503 des do nosso concelho; Redução de 7,7% nas verbas a transferir para as Jun-
504 tas de Freguesia; Diminuição das actividades culturais e desportivas da res-
505 ponsabilidade municipal; Redução de horas extraordinárias em 50%, face ao
506 ano transacto; Redução da cedência de transporte em 70%, face ao ano tran-
507 sacto; Redução das despesas de comunicações, em 30%, face ao ano transac-
508 to; Compatibilização com a EDP dos horários e intensidade da iluminação
509 pública; Reavaliação dos protocolos celebrados; Monitorização bimestral do
510 cumprimento e do impacto das medidas tomadas; Reestruturação para maior
511 rentabilidade dos serviços Renegociação de seguros e combustíveis; Redução
512 dos custos energéticos e auto-suficiência energética: Agência Oeste sustentá-
513 vel Obras a custos controlados Proporcionar a pessoas influentes nas diversas
514 áreas uma intervenção activa na recuperação e desenvolvimento do concelho.
515 Conciliação das dívidas a fornecedores através da recorrência à banca. Esta-
516 mos convictos que, com estas medidas e com a prevista maximização das
517 receitas alcançaremos no ano de 2011 a tranquilidade que nos permitirá
518 enfrentar os próximos anos com determinação e orgulho de ser bombarral-
519 ses.”-----
520 -----A senhora vereadora M.^a Arminda Sousa disse compreender que o
521 senhor Presidente da Câmara pensa que este é o orçamento possível mas isto
522 deixa algumas dúvidas. Com tudo o que acabou de se ver ficam a pensar o que
523 será a actividade autárquica da Câmara Municipal. Já sabem o que é a dívida e
524 a preocupação é cada vez maior. Preocupa-a muito o sector da educação e da
525 acção social. Os cortes na acção social levam a que as políticas diferenciadas
526 continuem a não acontecer. Pensa em especial na Universidade 50+ que é
527 algo a que as pessoas já estão habituadas, gostam e onde se sentem bem,
528 tendo sido uma brilhante ideia do executivo anterior, considerando ser pena
529 que alguma coisa vá falhar neste projecto. Mediante tudo isto espera que este
530 Municipio vá desenvolver políticas que consigam em 2011 recuperar a sua cre-
531 dibilidade.-----
532 -----O senhor Presidente da Câmara disse que de facto a actividade autár-
533 quica da Câmara Municipal do Bombarral vai continuar rigorosamente no cum-

ACTA N.º 39/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.12.10

534 primento dos deveres e obrigações municipais, de forma regrada e controlada,
535 não deixando de dar apoio à educação e acção social, mas também ao despor-
536 to, actividades culturais e Universidade 50+. Tudo seguirá o seu curso que,
537 dentro destas contingências, será um percurso difícil em que terão de apelar à
538 ajuda uns dos outros, à solidariedade e ao espírito de fraternidade que tem fal-
539 tado. As pessoas terão de colaborar sem estar à espera de um retorno indivi-
540 dualizado. A partir daí as coisas vão resultar. A Câmara Municipal terá de fazer
541 um esforço adicional para não parar a actividade municipal. Isto aplica-se na
542 mesma medida e no mesmo peso do esforço extra que o Governo está a fazer
543 perante as condições existentes, penalizando determinadas situações em prol
544 de outras mais prioritárias. A actividade vai ter de subsistir mas depende da
545 capacidade e potencialidade que todo o grupo ligado ao município tenha. Estão
546 num período em que a pujança já mais será a que se verificou noutras gestões
547 autárquicas, mas se conseguirmos arrumar a casa e permitir que o município
548 venha a ter uma vida normal, sem os frequentes sobressaltos que temos dia-
549 riamente numa gestão apertada e difícil, perante a carteira de credores que
550 temos. -----
551 -----O senhor vereador Gabriel Martins disse que aquilo que têm referido
552 em relação a estas dificuldades que o senhor Presidente da Câmara tem dito
553 que vai haver, é que é preciso que haja mais. Admite que se façam cortes mas
554 não se pode fazê-los de forma cega. Se há efectivamente cortes, perguntou
555 porque é que havendo uma despesa prevista e paga para este ano à volta de €
556 8.256.000, como se permite que se gastem € 10.154.000. Se há conhecimento
557 da situação, pergunta porque se prevê gastar mais do que se previu em 2010.
558 É isso que não percebe – aumenta-se mais na despesa corrente do que o
559 orçamentado em 2010. -----
560 -----O senhor Presidente da Câmara respondeu que essa situação deriva
561 do peso da dívida que é transferido directamente para o orçamento de 2011. --
562 -----Foi deliberado por maioria com os votos favoráveis do senhor Presiden-
563 te da Câmara, da senhora Vice-Presidente da Câmara e dos senhores vereaa-
564 dores Lúcia Poseiro e Nuno Mota e o voto contra dos senhores vereadores
565 Gabriel Martins, M.^a Arminda Sousa e José Victor Silva, aprovar a proposta de
566 orçamento e G.O.P. do Município do Bombarral para o ano 2011 e remetê-la à
567 Assembleia Municipal. -----
568 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imedia-
569 tos. -----
570 -----DECLARAÇÃO DE VOTO: O senhor vereador José Victor Silva disse
571 que os vereadores do PS votaram contra a proposta de orçamento porque não
572 espelha qualquer estratégia de redução da despesa corrente, e não cumpre o
573 estipulado na lei 2/2007 porque conforme está referido na Memória Descritiva

ACTA N.º 39/2010 – Reunião extraordinária do dia 2010.12.10

574 na sua página 7 a despesa orçamentada para 2011 diz respeito a 9 meses de
575 2011, além de não contemplar a dívida do último trimestre de 2010.-----
576 -----MAPA DE PESSOAL:-----
577 -----O senhor vereador José Victor Silva perguntou se está previsto algum
578 aumento de pessoal para 2010.-----
579 -----O senhor Presidente da Câmara fez questão de lembrar o que disse
580 na apresentação deste ponto, no tocante a estar a prever para 2011 que a con-
581 tenção vai ser de tal ordem que o que a Câmara prevê para esse ano em aqui-
582 sição de bens e serviços correntes, salvaguardados os compromissos e a con-
583 tinuidade dos contratos, será somente o que se gastou em 9 meses de 2010 e
584 que terão de ser naturalmente executados durante 12 meses de 2011. Ou seja,
585 o orçamento é para 12 meses, mas obriga a só se gastar nesse período os
586 valores de 9 meses. Se isto não é apertar o cinto não sabe o que será. -----
587 -----A senhora Vice-presidente da Câmara disse que só está previsto o con-
588 curso que se encontra a decorrer para jurista. Em princípio não haverá aumen-
589 to de pessoal. -----
590 -----Foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta de Mapa de Pes-
591 soal do município de Bombarral para o ano de 2011 e remetê-la à Assembleia
592 Municipal.-----
593 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imedia-
594 tos. -----
595 -----
596 -----Pelas 23:00 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta,
597 que depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos ter-
598 mos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presi-
599 dente do órgão e pelo funcionário Municipal que a lavrou. -----
600 -----
601 O Presidente da Câmara
602 -----
603 O Funcionário
604 -----